



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**

**O PESO DO SOBRENOME: COMO A LINGUAGEM JORNALÍSTICA
REFORÇA A DESIGUALDADE DE GÊNERO**

Camilla Almeida Alves do Rosário
Belém – PA
2025

CAMILLA ALMEIDA ALVES DO ROSÁRIO

**O PESO DO SOBRENOME: COMO A LINGUAGEM JORNALÍSTICA REFORÇA A
DESIGUALDADE DE GÊNERO**

Artigo apresentado ao curso de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Comunicação Social – Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jússia Carvalho da Silva Ventura

Belém - PA
2025

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é o resultado de uma jornada construída a muitas mãos, que me guiaram, me apoiaram e me moldaram para eu ser quem sou e pra que eu chegasse até aqui.

À minha mãe, Cristiane, e ao meu pai, Jordan, minha eterna gratidão. Cada degrau dessa caminhada foi construído com o suor e dedicação de vocês. Obrigada por todo o amor, apoio e incentivo à minha educação. Dedico essa graduação aos seus esforços e sacrifícios desmedidos. Honro vocês todos os dias da minha vida e espero orgulha-los.

À minha avó, Celme, minha segunda mãe, que é mãe duas vezes, e que junto à minha mãe e ao meu pai, sempre se dedicou ao meu cuidado e educação; ao meu irmão, Gabriel, meu parceiro de vida. Espero te encher de orgulho também, mano; e a todos os meus familiares que, sempre com muito amor, torceram por mim. Obrigada.

À minha orientadora, Jússia, por toda a atenção, dedicação e carinho depositado neste trabalho e todos os dias em sala de aula. Definitivamente, foi quem tornou, desta escrita, uma experiência mais prazerosa, e do final desse ciclo, mais leve; e a todas as professoras, professores e profissionais que, durante o meu percurso, dividiram comigo seus conhecimentos e experiências para que eu me tornasse a profissional que sou hoje.

Por fim, aos meus colegas de turma e amigas e amigos pra vida, Isa, Júlia, JV, Lorrann e Germano, por compartilharem comigo as memórias mais preciosas disso tudo; e a todas as minhas amigas e amigos que também estiveram presentes em cada etapa da minha jornada até aqui e que hoje celebram essa conquista comigo.

Muito além do diploma, levo também todas as vivências que tive na universidade, aprendizados inesgotáveis, laços afetivos criados e desafios enfrentados. O percurso foi árduo e intenso, mas valeu a pena. Sigo em frente pronta e com o coração cheio de orgulho e gratidão para honrar a profissão que tanto faz meus olhos brilharem.

RESUMO

A linguagem jornalística não é neutra, mas sim uma ferramenta que molda a nossa realidade. A imprensa, surgida em um universo predominantemente masculino e privilegiado, carrega consigo uma visão de mundo que coloca o homem no centro de tudo. Partindo desta premissa, este trabalho investiga como a escolha de nomenclaturas usadas para mulheres e homens pelo portal G1 atua na naturalização e perpetuação das assimetrias de poder. Homens são frequentemente referidos pelo sobrenome, o que lhes confere uma imagem de autoridade e profissionalismo, e em contraste, mulheres são nomeadas majoritariamente pelo primeiro nome, o que cria uma falsa informalidade e diminui sua autoridade no contexto profissional. Para fundamentar essa análise, recorremos a autores como Pierre Bourdieu, com o conceito de capital simbólico, e a Judith Butler, no entendimento de como a linguagem reflete e reforça as normas de gênero. O estudo adota ainda a importante lente da interseccionalidade, de Kimberlé Crenshaw, para evidenciar que o privilégio do sobrenome e da autoridade linguística é predominantemente branco e de classe. Os resultados preliminares confirmam: figuras masculinas são majoritariamente nomeadas pelo seu sobrenome, enquanto figuras femininas são majoritariamente referidas apenas pelo seu primeiro nome. O privilégio do sobrenome é predominantemente branco e de classe, e o jornalismo, ao adotar certas escolhas de linguagem, atua como uma ferramenta para naturalizar e perpetuar desigualdades históricas.

Palavras-chave: Linguagem jornalística. Desigualdade de gênero. Interseccionalidade. Sobrenome.

INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação são formadores de opinião e ditam regras e padrões (Lage, 2001). A forma como nos referimos a diferentes personalidades ou casos de grande repercussão, por exemplo, é muitas vezes condicionada pela mídia. Uma amostra disso é a tendência do uso do sobrenome para se referir a homens e do uso apenas do primeiro nome para se referir a mulheres. A pergunta que norteia este trabalho, portanto, foi: de que maneira a linguagem jornalística, ao nomear homens pelo seu sobrenome e mulheres apenas pelo seu primeiro nome, influencia no tratamento de mulheres e contribui para que se perpetue, na sociedade, estereótipos e desigualdade de gênero? Esse padrão de linguagem está imerso no nosso dia a dia, nas notícias veiculadas nos jornais impressos, na web, nos telejornais... mas raramente paramos para percebê-lo e questioná-lo.

Acontece na política: Temer, Bolsonaro, Trump, Obama versus Dilma Rousseff, Tabata Amaral, Marina Silva, Hillary Clinton; na academia: Foucault, Weber, Darwin, Newton versus Marie Curie, Simone de Beauvoir; e até mesmo nas telas de cinema: Stark, Rogers, Banner, Quill versus Natasha Romanoff, Wanda Maximoff, Carol Danvers. Tratar o homem pelo seu sobrenome é uma herança do patriarcalismo que ainda perdura até hoje na nossa sociedade (Giacometti, 2019), sendo símbolo de identidade e autoridade em uma estrutura social que concede poder à figura masculina (hooks, 2019). É nesse sentido que o uso apenas do primeiro nome para mulheres, em contrapartida, sugere um tratamento mais informal ou diminutivo. A falta de uma representação equitativa nos meios de comunicação entre mulheres e homens colabora com a desigualdade de gênero entranhada nas nossas relações sociais, culturais e econômicas. Embora pareça uma prática sutil, essa diferenciação no tratamento carrega profundas implicações sobre como a sociedade percebe e valoriza a contribuição de mulheres e homens, tanto no mercado de trabalho como em diversos outros espaços de poder e influência.

Acredito que, enquanto mulher e futura jornalista, torna-se ainda mais crucial compreender de que maneira os meios de comunicação, independentemente do contexto em que atuam, perpetuam uma desigualdade de gênero histórica e estrutural por meio de escolhas linguísticas que moldam narrativas, percepções e a formação da opinião pública. A relevância desse trabalho, portanto, consiste em expor essa prática, contribuir para a conscientização dos profissionais da comunicação e oferecer uma base para discussões futuras sobre a responsabilidade social do jornalismo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Com isso, o objetivo geral foi justamente mapear a forma como a mídia se refere a profissionais mulheres e homens a partir dos seguintes objetivos específicos: identificar os padrões de nomenclatura utilizados no discurso midiático para mulheres e homens; levantar os impactos que esses padrões exercem na representação de gênero; e, por fim, contribuir com as discussões de gênero no meio acadêmico da comunicação.

A pesquisa combinou elementos quantitativos e qualitativos para uma análise da linguagem jornalística, aqui sendo o principal objeto de estudo. No âmbito quantitativo, foi mensurada a frequência que cada nomenclatura é usada para mulheres e homens, oferecendo uma base para fins de comparação. Já no âmbito qualitativo, foi explorada a representação de gênero na mídia, e interpretados os significados e implicações sociais dessas escolhas linguísticas. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa

centra sua análise no universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Ou seja, busca a compreensão de fenômenos inseridos na pesquisa (indivíduos, grupos e organizações, contexto social, etc), e a interpretação dos indivíduos sobre os fenômenos sociais.

Parte-se, portanto, da ideia de que a linguagem jornalística utilizada pelo portal g1, um dos líderes de audiência dos portais de notícia no Brasil¹ — sendo assim, um reflexo da linguagem jornalística hegemônica no país — manifesta um padrão de desigualdade de gênero ao nomear mulheres e homens de maneira assimétrica, associando o sobrenome, como um símbolo de autoridade, ao homem, e apenas o primeiro nome à informalidade, sendo mais usado para se referir a mulheres. O g1 é um site de notícias do Grupo Globo, o maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil e da América Latina, que está em atividade há quase 20 anos. Foi a primeira iniciativa de conteúdo jornalístico da Globo criada e pensada para o digital e, hoje em dia, atinge em média mais de 55 milhões de usuários por mês, segundo a Comscore². Para identificar e analisar o padrão de nomenclatura usado pelo portal e a sua relação com a perpetuação da desigualdade de gênero, foram selecionadas 12 matérias jornalísticas publicadas no caderno de Política do g1 durante o mês de junho de 2025. Isso porque foi conferido uma alta recorrência e relevância da política, por ser um espaço de poder formal e institucional. Em uma breve pesquisa anterior à escrita, foi notória uma maior frequência de casos em que a diferença no padrão de nomeação de mulheres e

¹ Além do G1, outros portais de notícia de grande relevância e audiência no Brasil incluem o Metrôpoles, UOL Notícias, R7 Notícias e Diários Associados.

² COMSCORE. Estudo sobre o panorama digital brasileiro, julho de 2025. Disponível em: <https://nossomeio.com.br/comscore-apresenta-estudo-sobre-o-panorama-digital-brasileiro/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

homens, mesmo que ocupem a mesma posição de poder, se manifesta de forma mais explícita.

A simples identificação desses padrões, no entanto, não foi suficiente para uma compreensão completa, visto que a nomenclatura no discurso midiático usada para se referir a mulheres não deve ser tratada como um fenômeno isolado de gênero, mas sim como um resultado do cruzamento de diferentes opressões, como o racismo, por exemplo. Por isso, a análise também foi norteadada por um arcabouço teórico que escancara as múltiplas camadas da desigualdade como a interseccionalidade, de Kimberlé Crenshaw (1989), e como elas se manifestam na prática discursiva, a partir das pesquisas de bell hooks (2018) e Fabiana Moraes (2022).

Antes de tudo, é fundamental entender o poder da linguagem em moldar nossas percepções e como os discursos carregam posições de poder antes mesmo da sua materialidade. Por isso, o Capítulo 1 é dedicado a desmistificar a neutralidade jornalística, tão almejada, porém inalcançável, que a sociedade e os próprios profissionais da área da comunicação tanto buscam. Em seguida, o Capítulo 2 aborda os simbolismos que permeiam o sobrenome, discutindo sua origem patriarcal e sua associação com poder e autoridade no jornalismo, além dos conceitos de gênero (Butler, 2022) e sexismo (hooks, 2018) para compreender como a desigualdade de gênero se manifesta na prática em nossa sociedade. O Capítulo 3 traz a análise dos resultados obtidos na pesquisa, apresentando os padrões de nomenclatura identificados nas matérias da editoria de Política do g1 e evidenciando a diferença no tratamento linguístico entre mulheres e homens. Além disso, traz também uma análise de exceções que provam a importância da discussão sobre a interseccionalidade (Crenshaw, 1989). Por fim, o Capítulo 4 demonstra como a desigualdade de gênero está presente em diferentes editorias, independentemente da sua vertente ser mais institucional ou de entretenimento, trazendo exemplos da editoria de Cultura para fins de comparação.

1. A NEUTRALIDADE JORNALÍSTICA TEM GÊNERO, CLASSE E COR

A linguagem não é apenas mais uma das ferramentas que usamos para descrever e registrar a nossa realidade. Ela também a molda. Todos nós somos seres de linguagem e nos constituímos como sujeitos ao pensar, sentir, se expressar e se relacionar com o outro (Benetti, 2016). O texto, por sua vez, é a materialidade discursiva que se concretiza ao produzir sentidos pelo enunciador ou por quem o interpreta. Esse lugar de enunciação é construído socialmente, sendo um produto da interação e não um ato individual. Nesse sentido, todo e qualquer discurso perde a sua neutralidade, já que cada palavra carrega

consigo o repertório histórico e social de quem a materializa, e por isso, está sempre impregnado de ideologia (Bakhtin, 2006). Isso é reforçado por Muniz Sodré (2021), que diz que a maneira como a imprensa apresenta os fatos é influenciada por uma visão de mundo dominante, tendo assim, o poder de transformar as diferenças entre as pessoas em desigualdade social (Moraes; Silva, 2021) e demonstrando na prática como o jornalismo atua na construção da realidade.

A imprensa, em seus primórdios, era um universo predominantemente masculino (Casadei, 2011). No Brasil, assim como em outros países, a profissão foi exercida quase que exclusivamente por homens em um cenário onde a mulher era restrita ao espaço privado e sem voz ativa no espaço público (Davis, 2016). Assim, o jornalismo nasceu voltado para um público também masculino e economicamente privilegiado, e o seu tom de voz se configurou como de homens descrevendo um mundo dominado por outros homens, além de servir como suporte para o desenvolvimento capitalista (Genro Filho, 1987). A suposta neutralidade jornalística, de neutra, não tem nada, já que carrega consigo o gênero, a classe e a cor de seus primeiros praticantes. Isso tudo é uma herança da racionalidade moderna baseada no racismo e no machismo que nos acompanham desde a colonização do pensamento ocidental (Quijano, 2000) e que passou a moldar não só o jornalismo, como toda a sociedade (Moraes; Silva, 2021). Essa estrutura, no entanto, não se dissolveu com o tempo, apenas se adaptou, permanecendo infiltrada na forma como o jornalismo é feito até hoje.

A forma como fontes e personagens são nomeados não é uma escolha aleatória, é uma prática discursiva de um espaço que diz quem são as pessoas e lugares que valem mais ou menos (Moraes, 2022). Romper esses padrões é um ato de resistência contra a linguagem jornalística sexista (Haraway, 1995) que, mesmo com os avanços nos direitos civis e com a maior entrada de mulheres no mercado de trabalho, por exemplo, ainda se faz presente, já que “todos nós, mulheres e homens, temos sido socializados desde o nascimento para aceitar pensamentos e ações sexistas” (hooks, 2018, p. 16). É na forma como a linguagem é utilizada que as velhas estruturas patriarcais continuam se manifestando. Essa realidade pode ser compreendida por meio do conceito de “amoladores de faca”, expressão criada pelo psicólogo Luís Antônio Baptista para se referir à imprensa que convive, produz e reproduz várias formas de racismo, misoginia e outros preconceitos. Como ele mesmo explica:

Perceba nas entrelinhas das reportagens com profissionais do psiquismo, com religiosos e artistas famosos. Atente para as falas sobre sexo, sobre identidades e pestes. Incorporados em profissionais de prestígio, os amoladores de faca circulam dentro e fora da mídia, produzindo a ingênua e eficaz impressão de uma fala individual e neutra (Baptista, 1999, p. 47).

Essa análise reforça a ideia de que o discurso midiático, mesmo se “vendendo” como neutro, pode atuar na perpetuação de certos preconceitos. Como aponta Nilson Lage (2001), o discurso jornalístico tem “uma função ideológica de legitimação de um sistema social”, ou seja, a suposta neutralidade desaparece porque o jornalismo, ao escolher e apresentar os fatos, já está atuando a partir de uma ideologia. Nesse sentido, a linguagem se torna então uma ferramenta para reafirmar e naturalizar a desigualdade de gênero, afinal, “se repetimos uma coisa várias vezes, ela se torna normal. Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal” (Adichie, 2014). No entanto, antes de analisar como a linguagem é usada pela mídia para este fim, precisamos entender como o uso de um simples artifício, presente nos documentos oficiais de todas as pessoas do mundo, pode se tornar um elemento de poder, autoridade e credibilidade que carrega consigo raízes históricas profundas: o sobrenome.

2. O SOBRENOME COMO “CAPITAL SIMBÓLICO”

Em sociedades ocidentais, os sobrenomes surgiram como uma forma de identificar a família e seu pertencimento. E em um modelo social patriarcal, onde o poder, a autoridade e a dominação estão concentrados nas mãos dos homens, essa identificação é herdada justamente pela figura masculina. O sociólogo Pierre Bourdieu, em sua obra *A Economia das Trocas Linguísticas* (1996), explica que o sobrenome vai muito além de ser um simples identificador, pois é também uma espécie de herança invisível e simbólica que carrega toda uma posição social da linhagem familiar.

Na mídia, os homens serem frequentemente referidos apenas pelo seu sobrenome, e as mulheres pelo seu primeiro nome ou nome completo, não é um mero acidente. Quando um homem é chamado por seu sobrenome, ele ocupa, no discurso, a posição de um agente de poder, que o distancia de uma imagem pessoal e o aproxima de uma imagem profissional. Por sua vez, o uso do primeiro nome para mulheres cria uma falsa intimidade e acaba diminuindo a sua autoridade. Em *Desfazendo gênero* (2022), Judith Butler diz que a linguagem reflete, molda e reforça normas de gênero, ou seja, diz o que é aceitável ou não dentro dos padrões impostos pela sociedade. A maneira como a linguagem jornalística nomeia mulheres e homens de diferentes maneiras é uma prova disso, tendo em vista que “o desejo, quando implicado em normas sociais, encontra-se amarrado à questão do poder e ao problema de quem é ou não qualificável como um ser reconhecidamente humano” (Butler, 2022, p. 13).

Torna-se crucial, portanto, a compreensão desse poder que opera na linguagem. bell hooks, em “Teoria feminista: da margem ao centro” (2019), define o patriarcado não apenas

como um sistema de dominação masculina, mas como uma estrutura profundamente conectada a outras formas de opressão. Para a autora, ele é um sistema institucionalizado que funciona em parceria com o racismo e o capitalismo, o que nos leva a entender que não se trata apenas de homens dominando mulheres, mas sim de uma hierarquia complexa onde homens brancos de classe alta detêm o poder máximo, afetando diretamente a forma como o valor e a autoridade de indivíduos são reconhecidos e representados socialmente. O sobrenome, como signo de poder, é um reflexo desse privilégio de gênero e de raça. Isso significa que, mesmo dentro do jornalismo, que se “vende” como um espelho da sociedade, a voz, a imagem e a nomenclatura de um homem negro ou de uma mulher negra são tratadas de forma diferente da de um homem branco de classe alta.

O padrão de nomeação na mídia não se limita, no entanto, apenas ao gênero. Ele se torna ainda mais complexo quando observamos o cruzamento entre diferentes opressões, uma dinâmica aplicada pelo conceito da interseccionalidade, de Kimberlé Crenshaw (1989). A autoridade dada a um homem, quando referenciado apenas pelo seu sobrenome, é uma autoridade branca e de classe, típica de quem construiu o jornalismo desde o seu nascimento (Casadei, 2011). Da mesma forma, a diminuição da autoridade de uma mulher pelo uso do seu primeiro nome ou nome completo é mais marcante quando se trata de uma mulher negra, indígena ou de classe mais baixa, tendo em vista que o patriarcado é um sistema ligado ao capitalismo, imperialismo e de supremacia branca (hooks, 2019). Nesse sentido, a linguagem jornalística não reflete apenas o sexismo, mas também o racismo e o elitismo, perpetuando o poder desses sistemas. A forma de nomeação utilizada pela mídia, portanto, para mulheres e homens atua como uma desqualificação de certos sujeitos, tendo em vista que uma visão de mundo excludente resulta em um discurso que, ao se deparar com o que foge do padrão, acaba reforçando estereótipos e preconceitos (Moraes; Silva, 2021).

2.1. IDENTIDADE E SUBORDINAÇÃO FEMININA NA TRADIÇÃO PATRIARCAL

Na família brasileira, a tradição é que mulheres adotem o sobrenome do marido após o casamento. Para a historiadora Mary Del Priore, isso é o reflexo de uma “incapacidade”, sugerindo que a identidade e o mérito de uma mulher são definidos por sua relação com terceiros, nesse caso, com um homem. Na legislação brasileira, o Código Civil de 1916 reforçou essa dominação ao obrigar a mulher a assumir o sobrenome do marido, uma prática que simboliza a “hegemonia do poder masculino nas relações estabelecidas entre

homens e mulheres” (Del Priore, 2004, p. 690). A lei, em sua redação original, afirmava que “a mulher assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família” (Brasil, 1916).

O casamento é a realização máxima de como a identidade feminina é construída em relação a um homem (Bueno, 2013). A pesquisadora Michele Escoura Bueno, em sua dissertação de mestrado *Girando entre Princesas: performances e contornos de gênero em uma etnografia com crianças* (2013), reforça isso quando conclui que, para ser reconhecida como uma “princesa”, uma criança internaliza a ideia de que precisa se casar ou “ter um príncipe encantado”. Esse é mais um exemplo de como a mídia atua na reprodução de uma estrutura patriarcal e sexista que, nesse caso, associa a figura da mulher a um propósito maior: o casamento. Portanto, a adoção do sobrenome do homem por uma mulher, pode ser vista como o ápice de um processo que condiciona a identidade e o mérito da mulher à sua relação com um homem.

Foi somente em 1977 que a Lei nº 6.515 (Lei do Divórcio) tornou a adoção do sobrenome finalmente opcional para a mulher, e então, o Novo Código Civil de 2002 tornou a regra igual para mulheres e homens. Ainda assim, a mentalidade patriarcal continua presente na nossa sociedade até hoje, e isso se dá pelo que Bourdieu chama de violência simbólica, “suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação” (Bourdieu, 2012, p. 7). Atrelando o pensamento de Bourdieu com a linguagem jornalística, podemos entender que tratar os homens apenas pelo seu sobrenome para denotar autoridade é naturalizado tanto por quem escreve quanto por quem lê, levando à perpetuação dessa estrutura social e reforçando o preconceito e a discriminação baseada no gênero, ou seja, o sexismo. A partir desse entendimento, os conceitos de sexismo e gênero se tornam ferramentas essenciais para esta análise.

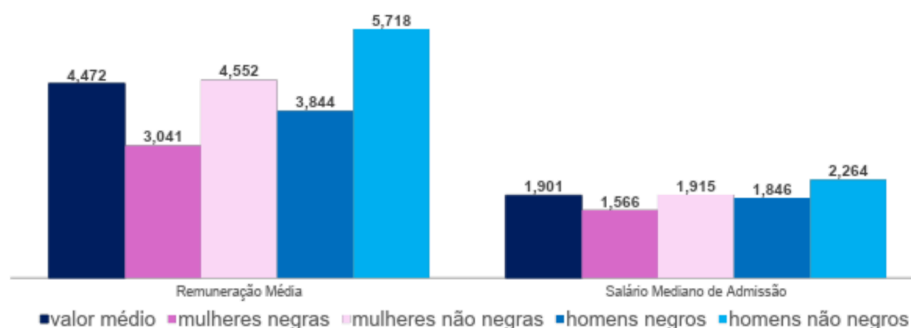
2.2. MANIFESTAÇÕES DO SEXISMO NA SOCIEDADE: DOS CONCEITOS À REALIDADE

A crença de que um gênero é superior ao outro recai na exploração, opressão e desvalorização, neste caso, da sujeita. O sexismo se manifesta em atitudes, práticas e estruturas que tratam as mulheres de forma desigual simplesmente por causa de seu gênero, e isso vai desde manifestações sutis, como piadas misóginas ou a interrupção constante da fala de mulheres em reuniões, até problemáticas maiores, escancaradas e concretas, como a menor presença de mulheres em cargos de liderança, em relação aos homens; a desigualdade salarial; e a segregação de profissões por gênero.

Dados da última edição do estudo *Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2024, revelam que, entre a população com 25 anos ou mais, as mulheres possuem mais instrução que os homens. No entanto, o cenário muda drasticamente quando se leva em conta a interseccionalidade de gênero e raça. A quantidade de mulheres brancas com maior nível de instrução é quase o dobro da de mulheres pretas ou pardas. No entanto, apesar de, no geral, serem maioria entre a população com ensino superior, as mulheres ainda enfrentam barreiras significativas para chegar a posições de liderança. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) feita em 2022 confirmou que os homens estão na maioria dos cargos gerenciais no país, ocupando 60,7% dessas posições.

Essa sub-representação feminina é um dos principais fatores que levam à desigualdade salarial. De acordo com o Relatório de Transparência Salarial (RAIS) também feito em 2022, as mulheres ganham 19,4% menos do que os homens no Brasil. E mais uma vez, essa desigualdade se torna ainda maior com o recorte de raça, uma vez que as mulheres negras, por exemplo, são as que recebem os menores salários do mercado.

Gráfico 1 – Valor da remuneração média e do salário mediano de contratação, por sexo e etnia e raça Brasil, 2022 (em reais)



Fonte: M T E. eSocial. Rais.

A desigualdade salarial também se dá pela segregação de profissões por gênero, sugerindo que mulheres e homens possuem diferentes tipos de forças de trabalho. As ocupações com maior concentração de mulheres como serviços domésticos (92% de participação feminina) e educação (IBGE, 2024), historicamente são menos valorizadas e têm salários mais baixos.

3. A NOMEAÇÃO EM PAUTA: UMA ANÁLISE DO TRATAMENTO DO G1 PARA MULHERES E HOMENS

Partindo do princípio inicial deste trabalho de que a linguagem não apenas reflete a

realidade mas também a molda, seguimos para a análise do discurso jornalístico na prática. O objetivo aqui é demonstrar como os conceitos de sexismo e gênero, apresentados e debatidos no capítulo anterior, se materializam no cotidiano da notícia, especificamente no padrão de nomenclatura para mulheres e homens em diferentes contextos, adotado pelo portal g1.

Em uma observação inicial, percebeu-se que no g1, o caderno de Política se destaca não apenas por apresentar um grande volume de matérias diárias, mas também por ter uma presença significativa de mulheres como fontes, personagens principais ou até mesmo secundárias nas notícias. Contudo, esta visibilidade quantitativa não se traduz em um tratamento igualitário na forma como elas são nomeadas. Pelo contrário, há uma diferença sutil e marcante na linguagem utilizada.

Quadro 1 – Matérias selecionadas para análise, do caderno de Política do g1, veiculadas no mês de junho de 2025

DATA	MANCHETE
02/06	Marina agradece solidariedade após ataques no Senado e critica projeto em análise no Congresso: ‘Enterro do licenciamento’
05/06	Motta diz ter prometido a Marina ‘responsabilidade’ ambiental, mas pondera: ‘Mundo não pode nos cobrar o que não faz’
06/06	Mãos dadas com Macron, medalha de honra, apresentação da ministra Margareth: o primeiro dia de Lula em Paris
10/06	Zambelli diz que vai se apresentar às autoridades italianas quando o Ministério da Justiça pedir extradição
11/06	Motta liga para Gleisi em tom duro e mostra insatisfação com pagamento de emendas
12/06	Motta informa ao STF que bloqueou salários e verbas de Carla Zambelli
12/06	CPI das Bets rejeita relatório e encerra trabalhos sem pedir indiciamento de Virginia, Deolane e outros 14
13/06	Datafolha: para 36%, Janja atrapalha governo Lula; 14% acham que ela mais ajuda
18/06	Petrobras fará esforço para pagar dividendos extraordinários neste ano, diz Magda Chambriard
19/06	Ministra Gleisi diz que alta da Selic pelo Banco Central de Galípolo é ‘incompreensível’ e que juro é ‘estratosférico’

19/06	Carla Zambelli é notificada pela Comissão da Câmara sobre início de processo de perda de mandato
22/06	Com maioria pró responsabilização das redes sociais por posts, STF retoma julgamento nesta semana

Fonte: Elaboração própria.

Vamos então à análise da primeira matéria. Logo no subtítulo, a ministra Cármen Lúcia é citada pelo seu primeiro nome, enquanto os ministros homens são chamados pelos sobrenomes, e isso se repete durante o texto. Essa diferença, aparentemente sutil, manifesta, na prática, a linguagem naturalizando a diferença e reforçando uma hierarquia (Moraes; Silva, 2021).

Imagem 1 – Manchete de matéria do caderno de Política veiculada pelo g1 em 22/06

Com maioria pró responsabilização das redes sociais por posts, STF retoma julgamento nesta semana

Fachin, Marques e Cármen devem apresentar votos na retomada. Ministros buscam consenso, já que propuseram diferentes soluções para a forma de responsabilização das plataformas.

Fonte: g1.

A posição do nome da ministra Cármen Lúcia na frase também é algo interessante de ser analisado. A construção “e Cármen” não só a coloca em último lugar na lista de nomes como também pode ser percebida como uma quebra de simetria na formalidade de tratamento em relação aos seus colegas homens que ocupam o mesmo cargo, sugerindo uma subordinação e inferioridade. Além disso, a nomeação apenas pelo seu primeiro nome confere uma distância da ministra de sua imagem institucional e a insere em uma esfera mais pessoal, sendo reforçado pelo fato de que os ministros homens, além de serem nomeados pelos seus sobrenomes, são frequentemente precedidos pelo título de “ministro”. No total, a ministra Cármen Lúcia é referida três vezes pelo seu primeiro nome ou nome completo na matéria, das três vezes em que é mencionada nominalmente. Isso contribui para um sutil apagamento de sua autoridade, sendo uma manifestação direta da violência simbólica de Bourdieu (2012). A forma como a linguagem opera acaba naturalizando a ideia de que a autoridade masculina é inerente e pública, enquanto a feminina é pessoal ou secundária mesmo quando ambos ocupam cargos iguais.

Nesta segunda matéria, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, é citada já na manchete. Percebe-se que a ministra é referida pelo seu primeiro nome. Durante a matéria inteira, isso se repete.

Imagem 2 – Manchete de matéria do caderno de Política veiculada pelo g1 em 19/06

Ministra Gleisi diz que alta da Selic pelo Banco Central de Galípolo é 'incompreensível' e que juro é 'estratosférico'

Crítica dos juros altos, a ministra fez o comentário em uma rede social. 'Brasil espera que este seja de fato o fim do ciclo dos juros estratosféricos', acrescentou. BC subiu a taxa para 15% ao ano nesta quarta-feira, que representa o segundo juro real mais alto do planeta.

Fonte: g1.

A figura da ministra Gleisi Hoffman aparece quatro vezes na matéria, e em todas elas, é referida pelo seu primeiro nome ou nome completo: como “Ministra Gleisi” no título e em outras partes do texto; e como “Gleisi Hoffmann”. Enquanto isso, o homem citado, Gabriel Galípolo, presidente do Banco Central do Brasil, é referido apenas pelo sobrenome em duas das três vezes em que é citado. Isso se repete em uma terceira matéria que traz novamente a figura de Hoffman, mas dessa vez junto ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta.

Imagem 3 – Manchete de matéria do caderno de Política veiculada pelo g1 em 11/06

Motta liga para Gleisi em tom duro e mostra insatisfação com pagamento de emendas

Demora no pagamento das emendas impositivas acirra tensão entre Planalto e Câmara. Deputados ameaçam travar votações e reclamam de promessa não cumprida desde o fim de 2023.

Fonte: g1.

Novamente, já na manchete, a ministra Gleisi Hoffman é referida apenas pelo seu primeiro nome, enquanto o deputado Hugo Motta é nomeado apenas pelo seu sobrenome.

Hoffman é referida pelo seu primeiro nome ou nome completo em todas as vezes que é citada na matéria, semelhante ao observado com a ministra Cármen Lúcia.

Imagem 4 – Manchete de matéria do caderno de Política veiculada pelo g1 em 18/06

Petrobras fará esforço para pagar dividendos extraordinários neste ano, diz Magda Chambriard

Magda acrescentou que o pagamento dependerá do comportamento do preço do petróleo, que atualmente está em queda.

Fonte: g1.

Nesta quarta matéria, embora a manchete traga o nome completo de Magda Chambriard, presidente da Petrobras, ao longo do texto ela é referenciada apenas pelo seu primeiro nome na maioria das vezes em que sua figura aparece. Em uma única vez, a presidente foi referida apenas pelo seu sobrenome, Chambriard. Já em comparação aos homens que também participam da reportagem, Fernando Haddad e Donald Trump, todos eles são nomeados pelo seu nome completo em todas as vezes que aparecem.

A senadora Soraya Thronicke foi a personagem principal desta quinta matéria veiculada pelo g1 em 12/06, que trata sobre a CPI das Bets, da qual ela foi a relatora.

Imagem 5 – Manchete de matéria do caderno de Política veiculada pelo g1 em 12/06

CPI das Bets rejeita relatório e encerra trabalhos sem pedir indiciamento de Virginia, Deolane e outros 14

Parecer de Soraya Thronicke foi rejeitado por 4 votos a 3. Documento sugeria indiciamento de influenciadores e empresários ligados a bets.

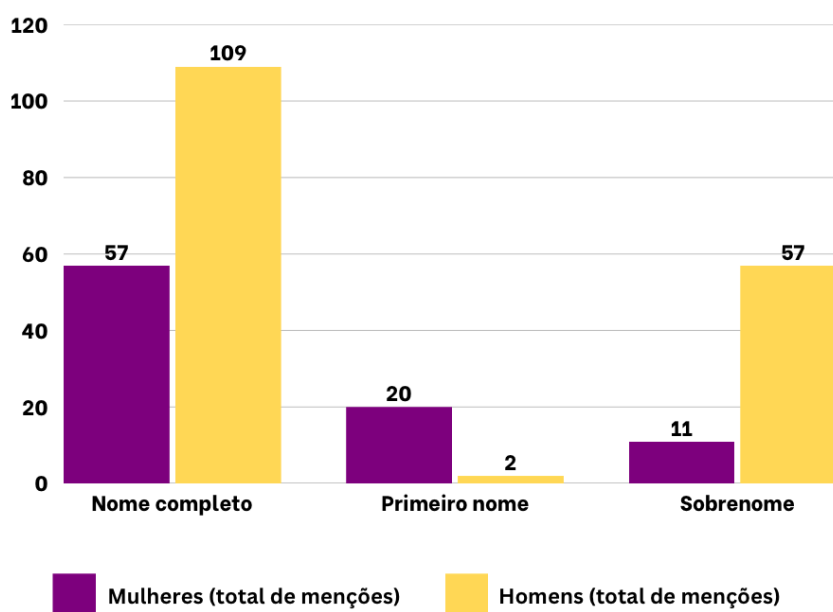
Fonte: g1.

Durante o texto, Soraya Thronicke foi referenciada um total de 18 vezes, e em nenhuma delas é usado o sobrenome para se referir à senadora. Há um constante alternância entre o uso do seu primeiro nome, nome completo, pronomes, cargo e até mesmo “relatora”,

mas nunca apenas por seu sobrenome. Em contrapartida, o senador Davi Alcolumbre é referido inicialmente pelo seu nome completo e logo em seguida, apenas pelo seu sobrenome, Alcolumbre.

A análise qualitativa das matérias do g1, por meio de exemplos como os das ministras Cármen Lúcia e Gleisi Hoffmann, e de Magda Chambriard e Soraya Thronicke, comprova que a nomeação de homens e mulheres no jornalismo não é neutra (Lage, 2001). Para consolidar essas observações iniciais, foi feito um levantamento geral do número de vezes em que homens e mulheres foram nomeados pelos seus: a) nome completo; b) apenas primeiro nome; e c) apenas sobrenome nas matérias selecionadas para este estudo, retiradas do caderno de Política do g1 que foram veiculadas no mês de junho de 2025.

Gráfico 2 – Padrão de nomenclatura de gênero nas matérias do caderno de Política do g1 veiculadas em junho de 2025



Fonte: Elaboração própria.

Este gráfico nos possibilita identificar visualmente a diferença de nomenclatura usada para mulheres e homens nas matérias escritas e publicadas pelo portal g1. Embora os homens sejam a maioria nas matérias analisadas, para as mulheres, a nomeação pelo primeiro nome, que denota informalidade, é significativamente mais frequente. Em contrapartida, para os homens, o uso do sobrenome, que indica formalidade e autoridade, é claramente mais frequente, assim como o uso do nome completo.

3.1. A EXCEÇÃO QUE CONFIRMA A REGRA: O PACTO DA BRANQUITUDE E A INTERSECCIONALIDADE

Toda a análise feita nas matérias apresentadas até aqui demonstra que há um padrão discursivo na cobertura política do g1, em que homens são, em sua maioria, referenciados pelo seu sobrenome, enquanto mulheres são nomeadas apenas pelo seu primeiro nome ou pelo nome completo. E isso, já debatemos, reflete e reforça hierarquias de gênero. No entanto, ainda durante as primeiras investigações empíricas para este trabalho, foi possível observar algumas exceções que são, no mínimo, peculiares. As relações de poder que operam no discurso midiático são diversas (Lage, 2001) e, nesse contexto, vale analisar matérias que trazem como figura principal a política brasileira Carla Zambelli, e que demonstram um tratamento nominal que contrasta com o padrão observado até então.

Imagem 8 – Manchete de matéria do caderno de Política veiculada pelo g1 em 10/06

Zambelli diz que vai se apresentar às autoridades italianas quando o Ministério da Justiça pedir extradição

A pasta diz que ainda não formalizou o pedido porque não foi comunicada oficialmente pelo STF.

Fonte: g1.

Imagem 9 – Manchete de matéria do caderno de Política veiculada pelo g1 em 12/06

Motta informa ao STF que bloqueou salários e verbas de Carla Zambelli

Deputada fugiu para a Itália após condenação por invasão a sistemas do CNJ. Parlamentar se licenciou do mandato por 127 dias.

Fonte: g1.

Imagem 10 – Manchete de matéria do caderno de Política veiculada pelo g1 em 19/06

Carla Zambelli é notificada pela Comissão da Câmara sobre início de processo de perda de mandato

Após notificação, Zambelli terá cinco sessões do plenário para apresentar sua defesa

Fonte: g1.

Nas três matérias, Carla Zambelli é nomeada das seguintes formas: a) pelo seu nome completo, sendo a forma mais frequente de nomeação; e b) pelo seu sobrenome. Em contraste com as mulheres que aparecem nas primeiras matérias analisadas aqui, Zambelli não é referenciada apenas pelo seu primeiro nome, Carla, nenhuma vez. Isso demonstra que o padrão não é absoluto, mas não podemos deixar de apontar que, por trás disso, ainda há uma tendência que reflete uma estrutura de poder. No entanto, a análise deste caso específico não deve se limitar apenas ao gênero. Para Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel em *Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades* (2015), é impossível compreender as desigualdades analisando uma única variável, já que as opressões são múltiplas e complexas. A forma como Carla Zambelli é nomeada, portanto, deriva da intersecção de fatores como sua classe social, seu posicionamento ideológico e, principalmente, sua cor. Vejamos como isso se representa na prática:

Imagem 11 – Manchete de matéria do caderno de Política veiculada pelo g1 em 02/06

Marina agradece solidariedade após ataques no Senado e critica projeto em análise no Congresso: 'Enterro do licenciamento'

Ministra do Meio Ambiente participou de evento na UnB. Na semana passada, ela foi constringida por senadores e abandonou reunião na Comissão de Infraestrutura.

Fonte: g1.

Imagem 12 – Manchete de matéria do caderno de Política veiculada pelo g1 em 05/06

Motta diz ter prometido a Marina 'responsabilidade' ambiental, mas pondera: 'Mundo não pode nos cobrar o que não faz'

Criticado pela ministra do Meio Ambiente e por ambientalistas, projeto que altera regras do licenciamento ambiental passará por análise final na Câmara depois de aprovação pelo Senado.

Fonte: g1.

Imagem 13 – Manchete de matéria do caderno de Política veiculada pelo g1 em 06/06

Mãos dadas com Macron, medalha de honra, apresentação da ministra Margareth: o primeiro dia de Lula em Paris

Lula também se encontrou com a prefeita de Paris, Anne Hidalgo, e representantes da comunidade brasileira na França.

Fonte: g1.

Essas três matérias trazem como personagens principais mulheres de alto cargo no governo: as ministras Marina Silva (do Meio Ambiente) e Margareth Menezes (da Cultura). Ainda assim, há uma notável diferença no tratamento midiático de ambas, que são frequentemente referenciadas somente por seu primeiro nome, contrastando com a nomeação de Carla Zambelli, que, como vimos, é frequentemente chamada por seu sobrenome. Essa distinção não é aleatória, e sim pode ser vista como uma manifestação do privilégio de classe e raça, que coloca uma mulher, nesse caso branca (Carla Zambelli), em uma posição de poder em relação a outras mulheres, nesse caso negras (Marina Silva e Margareth Menezes), que carregam “o fardo da opressão sexista, racista e de classe” e têm seu “status social inferior ao de qualquer outro grupo” (hooks, 2019, p. 21).

Como defende Cida Bento (2022), os privilégios raciais são perpetuados por um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, chamado de “pacto da branquitude”, concedendo a figuras como Carla Zambelli uma autoridade nominal que a isenta do mesmo

padrão informal dado a Marina Silva e Margareth Menezes. A exceção de Carla Zambelli, portanto, não contradiz a regra de dominação masculina, só confirma que o acesso a certos privilégios está intimamente ligado a uma interseção de vantagens que nem todas as mulheres possuem.

Em *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019), Grada Kilomba afirma que o racismo desumaniza, “dis-locar” o sujeito negro do seu lugar de humanidade, autoridade e fala. O ato de “dis-locar”, ela explica, não é apenas sobre o espaço físico em si, mas também sobre sua voz e identidade, negando o direito do sujeito negro de ser visto e ouvido em sua totalidade. Assim, ao não nomear sujeitos de diferentes gêneros, classes e raça de forma equitativa, o jornalismo pode corroborar com essa desqualificação e invisibilidade trazida por Kilomba, reforçando uma estrutura colonial na qual a humanidade e a autoridade são restritas a uma parcela específica da sociedade. A exceção de Carla Zambelli e o padrão de invisibilização das mulheres negras são, portanto, duas faces da mesma moeda. Ambas as práticas revelam as múltiplas camadas de dominação que estão impregnadas na mídia e demonstram como a linguagem é tão poderosa ao ponto de, dependendo da localização social do indivíduo, elevá-lo ou subalternizá-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que começou como a observação de diferentes nomenclaturas usadas para mulheres e homens na mídia, por meio de matérias do portal g1, revelou-se como uma complexa estrutura de poder, com raízes históricas profundas que persistem até os dias atuais. A partir de tudo isso, foi possível comprovar que, por meio de escolhas aparentemente simples como a forma de nomear alguém, a linguagem jornalística participa ativamente na construção da realidade, moldando inclusive a nossa percepção sobre gênero, raça e autoridade (Moraes; Silva, 2021). A análise apresentada neste trabalho permitiu um olhar crítico sobre este fato, mostrando uma nomeação assimétrica de mulheres e homens, e construindo narrativas que desqualificam figuras femininas (Butler, 2022). Mas afinal, o que isso nos revela sobre o impacto da linguagem na manutenção da desigualdade de gênero?

Em primeiro lugar, a pesquisa confirmou um padrão discursivo e de gênero que associa o sobrenome à autoridade, frequentemente usado com figuras masculinas, e o primeiro nome à informalidade, frequentemente usado com figuras femininas. Além disso, a análise das exceções, como o caso de Carla Zambelli, foi crucial para confirmar que o acesso de algumas mulheres a certos privilégios linguísticos é uma manifestação da interseccionalidade (Crenshaw, 1989), contrapondo-se à nomenclatura usada para mulheres

negras, mesmo que elas ocupem cargos de alto poder político, como Marina Silva e Margareth Menezes, sendo um reflexo do racismo estrutural que invisibiliza a autoridade de sujeitos negros (Kilomba, 2019). Portanto, o jornalismo, ao não nomear mulheres e homens de forma igualitária, reproduz desigualdades que impactam na representação pública de gênero, uma forma de violência simbólica (Bourdieu, 2012) que está tão impregnada no nosso cotidiano que se torna quase que imperceptível para quem a reproduz e para quem a consome, e conseqüentemente, nunca é problematizado ou debatido, logo, se mantém intacto e persistente (hooks, 2018).

Para tentar mitigar essa estrutura discursiva, no entanto, é necessário muito mais do que mudanças superficiais. O jornalismo precisa romper com o “fantasma” da neutralidade e reconhecer que seu discurso é sim um produto do meio e permeado por ideologias (Bakhtin, 2006). Nesse sentido, o caminho, como sugerem Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2021), é o de um “jornalismo de subjetividade”, que subverte a lógica da objetividade e é “capaz de implodir principalmente o racismo/sexismo epistêmico”, (Moraes; Silva, 2021, p. 128). Essa abordagem, elas explicam, enxerga o sujeito no centro da leitura da realidade e gera uma complementação entre subjetivo e objetivo.

É urgente e fundamental que os profissionais da comunicação assumam a sua responsabilidade enquanto mediadores e construtores de narrativas, reconhecendo o poder da linguagem para moldar a percepção pública. Entender como a linguagem opera para manter hierarquias sociais é o primeiro passo para ir de encontro com uma estrutura que foi naturalizada por anos. Mudar as práticas de nomenclatura e questionar narrativas criadas sobre as figuras femininas são atos de resistência que podem construir uma nova realidade (Haraway, 1995). A nomeação e representação equitativa de mulheres no o jornalismo pode, finalmente, deixar de ser um “amolador de faca” (Baptista, 1999) da discriminação e, finalmente, se tornar uma ferramenta poderosa de transformação social.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução de Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAPTISTA, Luis Antonio. A atriz, o padre e a psicanalista — os amoladores de faca. In: BAPTISTA, Luis Antonio. **A cidade dos sábios**. São Paulo: Summus, 1999. p. 45-49.

BARRETO, Kellen. Marina agradece solidariedade após ataques no Senado e critica projeto em análise no Congresso: ‘Enterro do licenciamento’. **G1**, Brasília, 2 jun. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/06/02/marina-agradece-solidariedade-apos-ataques-no-senado-e-critica-projeto-em-analise-no-congresso-enterro-do-licenciamento-ambiental.ghml>>. Acesso em: 25 ago. 2025.

BENETTI, Marcia. Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 235-256.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **MEDIAÇÕES**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015. DOI: 10.5433/2176-6665.2015v20n2p27.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas: o que falar quer dizer**. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Institui o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1916.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. Tradução de Victor Galdino et al. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

CASADEI, Eliza Bachega. A Inserção das Mulheres no Jornalismo e a Imprensa Alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. *Revista Alterjor*, São Paulo, Brasil, v. 3, n. 1, p. 1–10, 2012. Disponível em: <https://revistas.usp.br/alterjor/article/view/88218>. Acesso em: 25 ago. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé W. Desmarginalizando a intersecção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminação, à teoria feminista e à política antirracista. **Fórum Jurídico da Universidade de Chicago**, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. Coordenação de textos Carla Bassanezi. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FALCÃO, Márcio. Motta informa ao STF que bloqueou salários e verbas de Carla Zambelli. **G1 Política**, Brasília, 12 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/06/12/motta-informa-ao-stf-que-bloqueou-salario-de-carla-zambelli.ghml>. Acesso em: 30 jun. 2025.

FIGUEIREDO, Pedro. Motta liga para Gleisi em tom duro e mostra insatisfação com pagamento de emendas. **G1 Política Blog do Gerson Camarotti**, [s. l.], 11 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2025/06/11/motta-liga-para-gleisi-em-tom-duro-e-mostra-insatisfacao-com-pagamento-de-emendas.ghml>. Acesso em: 30 jun. 2025.

G1. ‘Cidade de Deus’ é único filme brasileiro em lista do NYT dos 100 melhores do século XXI. **g1**, São Paulo, 27 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2025/06/27/cidade-de-deus-e-unico-filme-brasileiro-em-lista-do-nyt-dos-100-melhores-do-seculo-xxi.ghml>. Acesso em: 8 jul. 2025.

G1. Datafolha: para 36%, Janja atrapalha governo Lula; 14% acham que ela mais ajuda. **G1 Política**, São Paulo, 13 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/06/13/datafolha-janja-governo-lula.ghtml>. Acesso em: 1 jul. 2025.

G1. Fernanda Torres e outros 9 brasileiros são convidados para a Academia organizadora do Oscar. **g1**, São Paulo, 26 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2025/06/26/fernanda-torres-e-convidada-para-a-academia-organizadora-do-oscar.ghtml>. Acesso em: 8 jul. 2025.

GIACOMETTI, Fabiana Aparecida Prenhaca. **O nome do homem casado: Um estudo sobre a cultura masculina e a função social do sobrenome**. Araraquara, 2019. 136 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2019.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: por uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GOMES, Pedro Henrique; MAZUI, Guilherme. Mãos dadas com Macron, medalha de honra, apresentação da ministra Margareth: o primeiro dia de Lula em Paris. **G1**, Brasília, 6 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/06/06/maos-dadas-com-macron-medalha-de-honra-apresentacao-da-ministra-margareth-o-primeiro-dia-de-lula-em-paris.ghtml>. Acesso em: 25 ago. 2025.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

hooks, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102066>. Acesso em: 24 ago. 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 3. ed. Florianópolis: Ufsc-Insular, 2001.

LIMA, Kevin. CPI das Bets rejeita relatório e encerra trabalhos sem pedir indiciamento de Virginia, Deolane e outros 14. **G1 Política**, Brasília, 12 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/06/12/cpi-das-bets-rejeita-relatorio-final-e-indicimento-de-virginia-deolane-e-mais-14.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2025.

LOURENÇO, Marina. Thomás Aquino compara cangaço de 'Guerreiros do Sol' com Brasil de hoje: 'Lei era só para alguns'. **g1**, São Paulo, 11 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/tv-e-series/noticia/2025/06/11/thomas-aquino-compara-cangaco-de-guerreiros-do-sol-com-brasil-de-hoje-lei-era-so-para-alguns.ghtml>. Acesso em: 8 jul. 2025.

MARTELLO, Alexandre. Ministra Gleisi diz que alta da Selic pelo Banco Central de Galípolo é 'incompreensível' e que juro é 'estratosférico'. **G1 Política**, Brasília, 19 jun. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/06/19/ministra-gleisi-diz-que-alta-da-selic-pelo-banco-central-de-galipolo-e-incompreensivel-e-avalia-que-juro-e-estratosferico.ghtml?UTM_SOURCE=whatsapp&UTM_MEDIUM=share-bar-app&UTM_CAMPAIGN=materias&UTM_TERM=app-webview. Acesso em: 30 jun. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2022.

MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga da. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: BOMFIM, Ivan et al. **Mídia e Zeitgeist**. Florianópolis: Insular, 2021. p. 113-131.

POLLIO, Aline. José Loreto será Chorão em cinebiografia baseada em livro da viúva do cantor. **g1**, São Paulo, 5 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2025/06/05/jose-loreto-sera-chorao-em-cinebiografia-baseada-em-livro-da-viuva-do-cantor.ghtml>. Acesso em: 1 jul. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. Ser coadjuvante ou protagonista no cenário político: o impasse das primeiras-damas. **Saeculum – Revista de História**, v. 24, n. 41, p. 176-195, 2019.

RODRIGUES, Paloma; CUNHA, Marcela. Motta diz ter prometido a Marina ‘responsabilidade’ ambiental, mas pondera: ‘Mundo não pode nos cobrar o que não faz’. **G1**, Brasília, 5 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/06/05/motta-diz-ter-prometido-a-marina-responsabilidade-ambiental-mas-pondera-mundo-nao-pode-nos-cobrar-o-que-nao-faz.ghtml>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SADI, Andréia; BRAGA, Juliana; GLOBO NEWS. Zambelli diz que vai se apresentar às autoridades italianas quando o Ministério da Justiça pedir extradição. In: **G1. Blog da Andréia Sadi**, 10 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2025/06/10/zambelli-autoridades-ministerio-da-justica-extradicao.ghtml>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SADI, Andréia; CYPRESTE, Judite. Carla Zambelli é notificada pela Comissão da Câmara sobre início de processo de perda de mandato. **G1 Política Blog da Andréia Sadi**, São Paulo, 19 jun. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2025/06/19/carla-zambelli-e-notificada-pela-comissao-da-camara-sobre-inicio-de-processo-de-perda-de-mandato.ghtml?UTM_SOURCE=whatsapp&UTM_MEDIUM=share-bar-app&UTM_CAMPAIGN=materias. Acesso em: 1 jul. 2025.

SALLOWICZ, Mariana. Petrobras fará esforço para pagar dividendos extraordinários neste ano, diz Magda Chambriard. **G1 Economia**, [s. l.], 18 jun. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/06/18/petrobras-coletiva-magda-chambriard.ghtml?UTM_SOURCE=whatsapp&UTM_MEDIUM=share-bar-app&UTM_CAMPAIGN=materias. Acesso em: 23 maio 2024.

SODRÉ, Muniz. **A sociedade incivil: mídia, iliberalismo e finanças**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021. Edição digital.

VIVAS, Fernanda. Com maioria pró responsabilização das redes sociais por posts, STF retoma julgamento nesta semana. **G1 Política**, Brasília, 22 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/06/22/com-maioria-pro-responsabilizacao-das-redes-sociais-por-posts-stf-retoma-julgamento-nesta-semana.ghtml>. Acesso em: 1 jul. 2025.